

**O empenho franciscano-hagiográfico na pacificação das cidades: os vínculos  
morais da política (séc. XIII).**

André Luis Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Uma leitura atenta das compilações hagiográficas franciscanas do século XIII nos possibilita descobrir o esforço discursivo da hagiografia para a implantação de um projeto político de pacificação e ordenamento social. Acreditamos que a narrativa hagiográfica favorece uma leitura múltipla desse fenômeno de interferência mendicante no campo da normatização das condutas políticas no âmbito citadino, o que, de resto, ainda permanece um campo de pesquisa pouco explorado. Nessa comunicação, priorizaremos a *Compilatio Assisiensis* e o *Memoriale in desiderio animae* que, juntos, nos dão uma idéia das principais preocupações pastorais e sociais do chamado franciscanismo do século XIII.

**Palavras-chave:** Franciscanismo, hagiografia, cidades.

**Résumé:** Une lecture attentive des compilations hagiographiques franciscaines du XIIIe siècle nous donne la possibilité de découvrir l’effort discursive de l’hagiographie pour l’implantation d’un projet politique de pacification et ordonnance social. Nous croyons que le récit hagiographique favorise une lecture diverse de ce phénomène d’interférence médiante dans le champ de la normatisation des éthiques politiques chez les villes. Ce sujet-là se présente encore comme un champ d’étude peut exploré. Dans ce texte, nous ferons attention à la *Compilatio Assisiensis* et au *Memoriale in desiderio animae* lesquels nous donnent l’idée des principales préoccupations pastoraux et sociaux du franciscanisme du XIIIe siècle.

**Mots-clé:** Franciscanisme, hagiographie, villes.

Na presente comunicação, pretendo discutir alguns resultados de minha pesquisa de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, em janeiro de 2007 e que teve por título: “*A representação do espaço urbano na hagiografia medieval franciscana: perspectivas de uma política social mendicante*”. Meu intuito não foi estudar a ‘relação do franciscanismo com as cidades italianas’ do ponto de vista da inserção da Ordem nesse espaço social ou então do ponto de vista da interferência da mesma no tecido urbano; ainda que se possa sempre revisar e complementar os trabalhos anteriores, acredito que tal estudo já foi executado de maneira exaustiva, sobretudo pelos historiadores franciscanistas da Itália. A premissa básica de minha pesquisa teve por base os resultados desses trabalhos, mas, distinguindo-me dos mesmos, procurei complementá-los trazendo para a discussão o ‘aspecto hagiográfico’ que, em minha opinião, marcou em demasia a própria interpretação de mundo que os minoritas das primeiras gerações elaboraram para si. O caso urbano que transparece nas hagiografias me parece sintomático desse processo interpretativo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O trabalho apresentado contou com o financiamento da FAPESP.

É de conhecimento geral que a Ordem franciscana compôs um farto acervo hagiográfico ao longo dos séculos XIII e XIV: legendas, vidas, atos, compilações, *flores*, diálogos, etc. Impulsionada pela paradigmática figura do santo fundador, mas também pelas figuras de seus primeiros seguidores, a Ordem valeu-se dessa multissecular tradição narrativa cristã, a hagiografia, para expressar, sob forma compendiada, os principais atributos e fundamentos de seu ‘modo de vida’, ou, em linguagem eclesiástica, sua “*conversatio*”, a qual se segue à chamada “*conversio*” (conversão). Ao menos no que se refere aos franciscanos, há que se ter em mente a grande importância que teve esse ‘aspecto hagiográfico’ para o estabelecimento dos critérios interpretativos daquilo que hoje se pode pensar como o próprio do “franciscanismo”. Desse modo, não deve espantar o fato de que uma das principais crônicas franciscanas do século XIV, a chamada *Chronica XXIV Generalium*, composta por Arnaldo de Sarrant seja, em sentido próprio, uma grande compilação hagiográfica onde consta, inclusive, a legenda de Frade Junípero que nem ao menos foi considerado santo *stricto sensu* pela tradição da Ordem.

A verificação da extrema ductilidade das narrativas santorais aos propósitos da Ordem minorítica, sejam eles pastorais, disciplinares ou morais, me levou a cogitar que talvez houvesse também uma “estrutura hagiográfica” na maneira como os primeiros franciscanos enxergavam a penetração e ação de sua família religiosa no tecido urbano que a viu nascer. Portanto, meu objetivo principal não foi usar a farta tradição hagiográfica franciscana como fonte de informações sobre a “ação real” dos religiosos dentro das cidades, mas captar, se possível fosse, aqueles mínimos elementos hagiograficamente ordenados que apontassem para a intenção primeva que teria levado os minoritas a intervir no espaço urbano, moralizá-lo e transformá-lo de acordo com os pressupostos de sua experiência espiritual expressos nas páginas das prolíficas legendas.

Dentre as várias narrativas hagiográficas produzidas pelos franciscanos no século XIII, privilegiei a chamada *Compilatio Assisiensis*, conhecida por algumas edições como *Legenda Perusina*, e o *Memoriale in desiderio animae*, geralmente denominado *Vita Secunda sancti Francisci*, cuja composição deveu-se ao preclaro hagiógrafo, Tomás de Celano. Ambas as narrativas fazem parte do grande esforço da segunda geração de frades menores (a partir de 1240) para interpretar o significado do santo fundador na história da Igreja e na própria história da Ordem e para tentar resolver os tão citados descompassos entre a “teoria e a prática” ou entre a “intuição e instituição” no desenrolar da saga franciscana. O período que se seguiu à década de quarenta do século XIII marcou um dos pontos altos em que o “franciscanismo” precisou, por assim dizer, re-significar sua própria identidade e encontrar

respostas frente aos desafios impostos pela hierarquia eclesiástica e as contingências do tempo. Contudo, esses dois monumentos da hagiografia cristã ocidental, a *Compilatio Assisiensis* e o *Memoriale*, não podem ser lidos tão-somente segundo o viés do debate entre ‘intuição original e realidade institucional’ sob o risco de enfraquecer seu sentido e de cometer anacronismo.

Minha proposta, nesse sentido, foi restabelecer, o máximo possível, a primeira legibilidade dos artefatos narrativos santorais em que fosse perceptível a maneira como os religiosos franciscanos compunham, liam, ouviam e interpretavam esses artefatos. Aquilo que hoje os teóricos chamam de ‘representação’ pode soar estranho dentro dessa perspectiva de resgate das engrenagens de produção e leitura dos textos hagiográficos, uma vez que para os homens do medievo a hagiografia não ‘imitava’ o real, mas o efetivava. Entretanto, não se pode ignorar que, ao comporem uma legenda, os hagiógrafos tinham em vista não apenas o conteúdo experiencial de um suposto personagem histórico, mas um ‘projeto moral’ bastante definido dentro das preceptivas do gênero hagiográfico. E, segundo acredito, essas tais preceptivas, elaboradas lentamente pela tradição narrativa cristã na soleira da tradição antiga, foram muito mais determinantes para o gênero santoral e, por conseguinte, para a interpretação de época desse gênero, do que qualquer tipo de “individualidade”, “originalidade” ou “psicologia” exclusivas desse ou daquele santo “biografado”.

Esse “projeto moral”, pois, pode ser captado no conjunto das narrativas selecionadas. Destarte, ambas as compilações tratam de matérias semelhantes, qual seja, a vida de São Francisco de Assis e os primeiros anos da Ordem por ele fundada, e tiveram fontes comuns; no entanto, a própria organização dos textos, a disposição do conteúdo, as presenças e ausências, divergentes entre as duas hagiografias, denunciam que estamos diante não de composições informativas, mas, sobretudo formativas. A meu ver, daqueles códices não surge em primeiro plano, por exemplo, um santo ou uma Ordem real, mas um “arquétipo ideal” que tanto o hagiógrafo quanto o grupo a que ele pertence elaboram como sendo o real e o propõe a seu público. Dessa feita, o aspecto de exemplaridade, comum à boa parte do acervo “literário” do medievo, se me afigura como o mais digno de nota, pelo menos com referência à matéria santoral mendicante.

No que diz respeito à questão urbana ou à ocorrência cidadina não convém esperar que os monumentos hagiográficos de qualquer tradição ofereçam descrições tratadísticas, descritivas ou “realistas”; o mesmo se pode falar dos outros elementos narrativos. Porém, não poucas vezes as cidades, suas praças, ruas, portas, muralhas, mercados, igrejas assomam como peças importantes no conjunto das legendas. Em certas passagens, a cidade aparece

como cenário da narração, em outras o espaço urbano é descrito como receptor da ação do santo ou ainda como detentor das virtudes taumatúrgicas de seu patrono; em algumas ocorrências, a cidade é descrita como metáfora da vida social que, em contato com a mensagem do santo ou com sua presença física ou incorpórea é transformada de acordo com os pressupostos morais e espirituais defendidos por esse ou aquele personagem santificado.

Para entender melhor o que foi dito, há que se fazer uma justa observação: de modo geral, a legenda se constitui como tributo oferecido à memória de um santo após a morte deste. Contudo, o que nela vem escrito ora se refere a episódios em vida ora a ações extraordinárias ocorridas pela intervenção do santo apesar de este já ter morrido. No caso dos santos patronos, as virtudes taumatúrgicas são continuamente invocadas na defesa da cidade onde o mesmo viveu ou exerceu grande atividade, por exemplo, como bispo. Porém, há casos em que o santo ainda vivente procurou atuar de forma direta dentro da cidade seja pela atividade predicativa ou contemplativa, seja pelas atividades laborais mais diversas, como o caso do bem-aventurado Egídio de Assis que, estando em Roma, carregava as bilhas de água para os moradores, ajuntava lenha e ajudava os camponeses na colheita de nozes.

No caso das compilações escolhidas, as cidades são apresentadas como importantes cenários da missão evangelizadora de São Francisco e, por extensão, de seus discípulos, ao mesmo tempo em que elas também sintetizam o laboratório ou o receptáculo de todo empenho missionário, lugar privilegiado em que o frade menor pode e deve exercer o próprio de sua vocação. Especificando ainda mais, podemos dizer que as hagiografias franciscanas definem a *conversatio* minorítica na esteira da *regra* e do *testamento* do santo fundador, cujo principal elemento de definição se nos desponta na chamada ‘vida de penitência’. Assim, dado que as cidades eram consideradas como herdeiras de Caím e figuras da Babilônia, o frade menor, penitente e pregador por vocação, necessitava estar na cidade, pois é a própria cidade que o define como servo de Deus no combate aos vícios e no ordenamento das más condutas dos moradores.

Concomitantemente a essa imbricada correlação ‘frade menor-cidade’, as compilações apresentam os vínculos sociais sob bases morais e não políticas; em outras palavras, a cidade seria um agrupamento de pessoas reunidas por interesses comuns, mas que só pode permanecer unida se se mantiver firme na observância das virtudes morais exigidas pelos preceitos cristãos. Sob esse aspecto, o espaço urbano é apresentado como metáfora da insuficiência da sociedade humana para se tornar melhor; se algum aperfeiçoamento é possível, o mesmo não ocorre sem a intervenção divina mediada pela prédica penitencial. Em síntese, pode-se falar que os hagiógrafos partem do pressuposto de que a vida social é

naturalmente corrupta ou decaída, a rigor, desordenada. Essa constatação de *per si* nada tem de impressionante dentro da lógica eclesiástica do medievo, na qual a noção de ordem, harmonia, beleza, virtude aparece comumente como atributo divino concedido ao homem por participação e por graça. Entretanto, aqui não está em jogo apenas essa leitura “pessimista” da condição social, mas, sobretudo a efetiva participação dos frades no reordenamento da sociedade através de sua palavra penitencial que deveria ser acolhida e observada na prática das relações interpessoais e políticas das cidades. Do que foi dito se depreende o lugar primordial que os mendicantes estabeleceram para si amiúde a contragosto do clero secular, pois as narrativas minoríticas são insistentes ao observar que a mera presença da Igreja e de clérigos não garante a integridade moral das cidades.

Deveras, nos capítulos 74, 75, 84 e 108 da *Compilatio Assisiensis* e nos parágrafos 34, 35, 37 e 108 do *Memoriale in desiderio animae* encontramos, por assim dizer, a súplica da compreensão hagiográfico-franciscana de sociedade. Nessas passagens são apresentados alguns episódios de direta intervenção de São Francisco e/ou de seus frades no interior de cidades como Perúgia, Arezzo, Assis e Greccio. As três primeiras eram sedes episcopais e dispunham de clérigos seculares e regulares a seu serviço. Nenhuma delas estava, pois, desprovida de assistência espiritual; entretanto, todas são descritas como desordenadas, pecadoras, viciosas, etc. A condição de inferioridade moral era a causa, segundo os hagiógrafos, da situação de desmantelamento social, das guerras civis, do ódio entre cidades vizinhas, das pestes e pragas, dos assaltos e de toda sorte de calamidades que ameaçavam destruir os centros urbanos.

Se nessas cidades havia a presença da instituição eclesiástica e se havia, no pensar dos hagiógrafos, a supremacia da vida espiritual sobre a temporal, podemos nos perguntar por que esses elementos foram descritos como ineficientes para ordenar a cidade. A meu ver, a resposta mais verossímil pode ser encontrada no chamado ‘escatologismo’ mendicante, comum, portanto, aos franciscanos e dominicanos dos séculos XIII e XIV. Disso as hagiografias são preclaros exemplos.

A pregação penitencial e o próprio advento dessas Ordens na história da Igreja são descritos em chave escatológica como sendo a última chance dada por Deus para a ‘conversão do mundo’. E, na esteira, por exemplo, de Jacopo de Varazze na *Vita sancti Dominici*, a salvação do mundo passa necessariamente pela pregação. Os patriarcas, profetas, o próprio Cristo em sentido lato, os apóstolos, os doutores foram, na verdade, pregadores por excelência que, em momentos axiais da história, intervieram para resgatar os homens e restabelecer o ordenamento divino das coisas. Findo o tempo da conversão do mundo, restaria ao supremo

juiz pôr termo ao tempo presente. Nesse momento extremo da história humana, os mendicantes assomariam como os legítimos continuadores da plêiade dos homens de Deus que, pela pregação, procuraram exortar os homens a se voltarem para Deus. O que aqui parece estar em jogo não é apenas a sobrevalorização do papel mediador da instituição eclesiástica, mas, além disso, do insubstituível mister das Ordens mendicantes na manutenção da ordem social, pois a cidade, enquanto extensão de Babilônia necessitava impreterivelmente da ação mendicante para se tornar Jerusalém.

As compilações franciscanas confirmam a inclinação escatológica das legendas dominicanas e, junto com essas, formam um complexo projeto de transformação social através da predominância de certos valores característicos das Ordens mendicantes que, em suma, não divergem do cristianismo, mas acentuam aspectos diferentes. No caso franciscano, por exemplo, não seria exagerado imaginar que os hagiógrafos procuraram aliar o conteúdo de seus escritos à campanha predicativa desenvolvida pelos pregadores da Ordem em prol da pacificação das cidades beligerantes do norte da Itália em meados do século XIII. Em alguns episódios é ainda verossímil supor a intenção de implantar o estilo de vida religioso dos frades dentro das muralhas das cidades, operando aquilo que chamei de “franciscanização do espaço urbano”.

No entanto, o processo de ‘conversão das cidades’ ou sua ‘franciscanização’ não acontecia pela refutação da vida citadina em sentido estrito. Nas compilações não há qualquer tipo de invalidação das estruturas sociais urbanas, pois o problema, para os hagiógrafos, estava nos desvios morais que podiam ser resolvidos pela pregação. Assim sendo, não podemos falar em ‘reforma política’ mendicante, mas em ‘reforma dos costumes’; contudo, o estudo da história não raro mostra que a intervenção dos frades nos rumos da vida citadina se tornou decisiva também em questões políticas, como apontam os tratados mendicantes sobre a governação das cidades que foram comuns em fins do século XIII, todo o XIV e sendo encontrados até no século XV, pelo menos.

### **Referências bibliográficas:**

- BIGARONI, Marino. «*Compilatio Assisiensis*» dagli Scritti di fr. Leone e Compagni su S. Francesco d'Assisi. I edizione integrale dal Ms 1046 di Perugia con versione italiana a fronte introduzione e note. Assis: Edizione Porziuncola, 1975.
- CHRONICA XXIV Generalium Ordinis Minorum. In: *Analecta Franciscana*, Quaracchi, Tomo III, ad Claras Aquas, 1897.

FR. THOMAE DE CELANO. Vita Prima S. Francisci [Vita beati Francisci]; Vita Secunda S. Francisci [Memoriale in desiderio animae]. In: Legendae S. Francisci Assisiensis saec. XIII et XIV conscriptae, I, *Analecta Franciscana*, Quaracchi, Tomo X, p. 1-268, 1926-1941.